

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

Samba- Sané[*]

[*]Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

sambasane@hotmail.com

<http://orcid.org/0000-0003-0630-6599>

Resumo

Este texto trata da educação na Guiné-Bissau, e seu propósito é de compreender bem mais a realidade do sistema de educação vigente nesse país, através do modelo educacional de cada época, com destaque para os dois períodos históricos: o ensino colonial, até 1974; e a experiência da luta pela libertação nacional e pela educação no período pós-independência, a partir de 1975. Para tanto, vale-se de pesquisa qualitativa de caráter teórico-bibliográfico e documental. Os resultados indicaram que, atualmente, os desafios da dependência do colonizador se transferiram para a dependência dos interesses do capitalismo globalizado, cujos interesses se distanciam dos anseios sociais e comprometem e condicionam qualquer pretensão progressista.

Palavras-chave: Desafios. História. Educação. Guiné-Bissau.

Introdução

Este texto trata da educação na Guiné Bissau, desde a colonização até a independência do país do jugo português. É parte da pesquisa teórica que referencia a tese de Doutorado intitulada ‘A história política da educação na Guiné Bissau’.

A Guiné-Bissau é um país que se situa na costa ocidental da África, com uma extensão territorial de 36.125 Km². É limitada, ao norte, pela fronteira com a República do Senegal, e a leste e ao sul, pelas fronteiras com a República da Guiné-Conacri, abrindo-se pela costa ocidental do continente até o oceano atlântico. Foi colônia portuguesa até 1974, ano em que se tornou independente depois de uma longa guerra de libertação e de ter declarado unilateralmente a independência em setembro de 1973.

O carácter elitista e seletivo do ensino colonial teve um efeito negativo e deplorável em nível de alfabetização da população guineense e para o desenvolvimento do país, o que favoreceu grandes movimentos pela libertação. O início da luta pela libertação concretizou a inabalável decisão tomada por ocasião da primeira manifestação com carácter político, realizada em agosto de 1959, quando foram também assentes os fundamentos para uma nova política refletida no processo educacional.

Depois de conquistar a independência, o governo guineense iniciou uma série de medidas tendentes a reformar o sistema de ensino, para, em primeiro plano, erradicar o sistema colonial de ensino centrado nos meios urbanos, que era estranho, alienante, autoritário, discriminatório e elitista, para dar lugar a um novo sistema de ensino, agora nacional, estruturado nas experiências vividas durante a luta de libertação nacional, em que a escola era combinada com o trabalho produtivo e com as condições de vida.

Esse é o teor deste texto, que se caracteriza como uma pesquisa de carácter qualitativo, do tipo estudo de caso, para o que se utiliza da literatura sobre o tema e de documentos que favoreçam a compreensão do estudo em pauta. Quanto à estrutura, o texto se divide em três partes: na primeira, apresenta-se uma abordagem sobre a educação no período colonial; na segunda, sobre a educação no período de luta pela emancipação; e na terceira, procede-se a algumas considerações sobre a educação e suas propostas no país já emancipado, os projetos de Estado e de governo para o setor, até os dias atuais, e a luta dos professores pela valorização da categoria e dos meios de trabalho relacionados às infraestruturas escolares no contexto do capitalismo neoliberal.

Nas considerações gerais, retomam-se os principais pontos tratados e enfatiza-se que o país precisa promover uma educação voltada para construir a identidade nacional e seu desenvolvimento.

A educação no período colonial

A promoção da educação, nesse período, foi marcada, sobretudo, pelas consequências da Filosofia e a prática portuguesa em matéria de educação colonial, cujo sistema educativo era marcadamente elitista e selectivo, servido por um quadro docente e uma rede escolar constituídos em função das necessidades da colonização.

Esse sistema, por causa disso, é concentrado, sobretudo, nos grandes centros econômicos e orientado por programas e conteúdo profundamente aculturador, por conseguinte europeizante, em completo divórcio com a realidade africana, em geral, e, em particular, com a realidade guineense, embora tivessem sido introduzidas algumas reformas cosméticas, que se traduziam pura e simplesmente na presença de termos africanos nos manuais escolares e na criação de postos escolares militares a partir de 1969/70.

O sistema português de educação na Guiné-Portuguesa limitou-se, durante muito tempo, ao que os administradores coloniais enunciavam em dezembro de 1941: “ensinar o indígena a falar português e a rezar como os portugueses”¹. Esse sistema de ensino colonial era caracterizado pelo contraste entre os conhecimentos, as normas e os valores da sociedade africana e uma instituição autoritária baseada em valores europeus e católicos, uma necessidade imperiosa do serviço de expansão e consolidação da dominação, com a função de transformar as pessoas para garantir esses objetivos.

O ensino colonial não só era totalmente inadaptado às realidades do país, como também o contrariava e o destruía, porquanto não respondia às necessidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, pois estava divorciado da comunidade. Antes da colonização, ter acesso à educação significava adquirir conhecimentos e normas de comportamento, como acontecia em qualquer sociedade humana. Assim, através de sua participação na vida do grupo familiar e da comunidade, participando dos trabalhos de campo, escutando histórias dos velhos e assistindo às cerimônias e aos cultos, as

¹ Fafáli Koudawo, ‘Educação e teorias de desenvolvimento: o que há de novo’ in: Soronda nº 19, INEP, Bissau, jan. 1995, p.106.

crianças e os jovens adquiriam, gradualmente, os conhecimentos necessários à sua integração e habilidades para produzir e sobreviver, de acordo com as normas de comportamento e os valores imprescindíveis à vida consagrados, valorizando os hábitos e os costumes característicos da cultura local.

Isso demonstra que a ausência das instituições escolares na sociedade africana, antes de presença colonial, não significava que não havia ensino/aprendizagem, pois ele acontecia através da transmissão oral, que foi sobreposta pela cultura escrita europeia com a colonização.

Esse sistema era confiado às autoridades administrativas e às missões católicas, que se encontravam em contato mais direto com a população e se serviam dos meios mais cruéis para impor a mentalidade portuguesa e para transformar as pessoas segundo o paradigma europeu. Foram essas as circunstâncias que deram origem às escolas onde eram utilizados os métodos mais desumanos, como a violência, os castigos corporais, a intimidação, as injúrias e o total desrespeito pela personalidade africana.

O desenvolvimento do sistema escolar foi lento durante os anos 50 e 60. No princípio dos anos de 1960, só havia 12.500 alunos inscritos no ensino básico² de uma população de, aproximadamente, 800.000 habitantes, cuja maioria era praticamente analfabeta. Durante a década de 70, quando as guerras de libertação atingiram todas as colônias portuguesas da África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), o poder colonial fez um esforço para alargar o sistema escolar. No período de 1969 a 1973, o número de escolas elevou-se de 88 para 179, e o número de alunos, de 17.969 para 45.961. Em 1974, as escolas guineenses tinham quase 46.000 alunos³. O ensino, preponderantemente primário, era constituído apenas de quatro classes nas escolas destinadas aos “civilizados”. Nas cidades, só havia um único Liceu, criado em 1958, e outros estabelecimentos de ensino para a educação além da quarta classe. Essas escolas eram destinadas, em primeiro lugar, aos filhos das famílias urbanas, cuja maioria era de origem portuguesa e mestiça⁴.

A herança do período colonial se identificou na taxa de analfabetismo na ordem de 90%; uma rede escolar com apenas 418 escolas; professores em número insuficiente e

² Na Guiné-Bissau, o Ensino Básico compreende, preponderantemente, o nível primário.

³ Kajsa Pehrsson, o Direito à Educação na Guiné-Bissau: análise genérica dos problemas do sector, fev. de 1996, p.12.

⁴ Alexandre Furtado, ‘Projecto Relatório Nacional de Investigação sobre a história do ensino na Guiné’ in: Soronda nº1, INEP, Bissau, Jan. 1986, p.131/132.

algo deslocado da nova realidade sociocultural e política; uma gritante falta de manuais didáticos; conteúdos programáticos que nada tinham a ver com a realidade guineense; uma língua de ensino falada apenas por cerca de 10% da população. Enfim, um manancial de indicadores que comprometiam e condicionavam toda e qualquer pretensão progressista do novo país que havia acabado de se formar em Estado independente⁵.

Além do mais, esse sistema de ensino conduzia à formação de uma pequena elite, com uma mentalidade predominantemente individualista, distante da realidade do país onde a maioria da população era camponesa.

Para pôr cobro à situação, durante a luta de libertação nacional, experimentou-se uma nova forma de fazer educação que, depois da independência, o Estado da Guiné-Bissau procurou implementar para erradicar o sistema educacional herdado do colonialismo e construir um novo que se coadunasse com a realidade do país e que contribuísse com as aspirações de desenvolvimento de seu povo.

A educação no período da luta pela libertação nacional

O povo da Guiné, dita portuguesa, tomou a firme decisão de lutar para o desmoronamento do colonialismo português. A luta de libertação nacional é “um ato de cultura”, dizia o fundador do Movimento de Libertação da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, Amílcar Cabral. Isso significa que só um povo que preserva sua cultura é capaz de se mobilizar para a luta, que é um fator de cultura em que o dinamismo social se desencadeia. A preocupação com o combate ao analfabetismo e ao obscurantismo estava bem patente já nos primeiros momentos da luta, e sua concretização era necessária.

O primeiro Congresso do PAIGC⁶, realizado em Cassacá, em 1964, definiu, em linhas bem claras, as características da educação dirigida para a formação do homem novo, capaz de manter uma luta consequente para descolonizar totalmente o país. O programa maior do PAIGC, elaborado naquele período, acentuava a necessidade de reformar e reconstruir o sistema educativo. Entre os pontos mais importantes, encontravam-se os seguintes:

⁵ Reflexão sobre o impacto da assistência sueca à Guiné-Bissau no setor da Educação, Bissau, dez. de 2000, p.11.

⁶ PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde.

- Reforma do ensino, desenvolvimento do ensino secundário e técnico, criação do ensino universitário e de institutos científicos e técnicos;
- Erradicação rápida do analfabetismo;
- Instrução primária obrigatória e gratuita;
- Formação e aperfeiçoamento urgente de quadros técnicos e profissionais.

O Partido Africano para a Independência da Guiné e das Ilhas de Cabo-Verde assumiu, igualmente, a responsabilidade de liquidar completamente os complexos de inferioridade criados pelo colonialismo no seio da população africana. Assim, nas zonas libertas, criaram-se escolas primárias para crianças e adultos. Segundo as estatísticas, essas escolas tinham 13.361 alunos no ano letivo 1965/66, comparando-se com os 13.544 que, simultaneamente, estavam inscritos nas escolas oficiais e missionárias portuguesas da Guiné⁷.

Para assegurar a gestão desse sistema educativo, foi criado, em 1965, o Instituto de Amizade, cuja missão principal era de formar quadros – “homens responsáveis, conscientes dos seus deveres” – como afirmava Amílcar Cabral, que deviam desempenhar um papel-chave na reconstrução nacional depois da guerra. Essa instituição concretizava seus objectivos criando e gerindo jardins de infância, internatos e escolas agrícolas. Em meados dos anos 1970, o Instituto administrava dez internatos com mais de 2.000 alunos nas idades de 3 a 17 anos, para o ensino primário, a Escola Piloto em Conacri e a Escola de Terranga em Ziguinjur⁸ – Senegal, para a formação secundária.

A instalação da almejada rede escolar foi favorecida pela extensão de áreas controladas pelo PAIGC. A preconizada “escola de libertação”, ao contrário da escola colonial, visava sistematizar e aprofundar a experiência vivida pelo povo. Essa escola elegeu como componentes primordiais a formação política, a formação técnica e a transformação dos comportamentos individuais em coletivos e estava na comunidade. Era considerada um local privilegiado, onde os militares, os camponeses e os jovens estudantes se reuniam, adquiriam os rudimentos do conhecimento científico e aprendiam, no seio do povo, sobre questões relacionadas à sua vida quotidiana e tudo quanto pudesse ser útil ao progresso da luta.

⁷ Kajsa Pehrsson, *O Direito à Educação na Guiné-Bissau: análise genérica dos problemas do sector*, fev.1996, p.13.

⁸ Conacri, Capital da Guiné; Ziguinjur, cidade fronteiriça do Senegal com a Guiné.

A educação depois da independência

Esse período, que vai até a atualidade, caracterizou-se pela busca de uma autonomia do país, no sentido de criar um sistema educacional que tivesse como base as raízes culturais e sociais do povo guineense. Visava, sobretudo, aliar o trabalho manual ao intelectual, para evitar que a escola e a comunidade se divorciassem e concilhassem os valores culturais africanos com os conhecimentos, a ciência e a técnica das sociedades modernas.

De acordo com o Artigo 16 da Lei Constitucional da República da Guiné-Bissau,

a educação visa à formação do homem. Ela deverá manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso. 2. O Estado considera a liquidificação do analfabetismo como uma tarefa fundamental.

Em seu artigo 49, a Constituição estabelece que todos os cidadãos tenham o direito à educação e preconiza a promoção gradual da gratuidade e da igualdade de acesso a todos os cidadãos aos diversos graus do ensino. Das diversas medidas tomadas no quadro da reforma do ensino, destacam-se a manutenção do português como língua oficial de ensino, a substituição dos livros coloniais pelos livros produzidos para o ensino nas zonas libertadas para todas as escolas do país; a modificação dos conteúdos dos programas de ensino em algumas disciplinas “sensíveis”, como, por exemplo, História e Geografia, a fim de eliminar a retórica colonial, fortalecer o espírito nacional e, gradualmente, adaptar o conteúdo à realidade guineense.

O ensino básico foi estendido para seis anos, divididos em dois períodos – um, de quatro anos, e o outro, de dois. Concluído o ensino básico, havia a possibilidade de escolher o ensino secundário ou uma formação profissional que podia ser: professor para o Ensino Básico elementar, auxiliar de Enfermagem e técnico básico nas áreas de agricultura, construção civil, indústria etc. O INAFOR⁹, instituto de formação ligado ao Ministério da Educação Nacional, foi criado para ser o responsável por coordenar as atividades de formação. Para garantir a possibilidade de continuar os estudos no campo

⁹ INAFOR – Instituto Nacional de Formação Profissional.

depois da quarta classe, criaram-se centros experimentais que deveriam continuar as experiências pedagógicas do PAIGC das zonas libertadas e, portanto, combinar a teoria com a prática para conservar o saber e os conhecimentos locais e impedir o êxodo rural dos jovens.

Um dos grandes problemas enfrentados pelo sistema de ensino guineense foi a questão da língua, pois o português, embora decretado como língua oficial e de ensino, só era falado por 10% da população, e o povo da Guiné-Bissau fala mais de 20 dialetos diferentes, além do crioulo, uma língua resultante do contato das línguas africanas com o português. Foram levadas a cabo várias experiências de ensino em crioulo e em outras línguas africanas com poucos resultados positivos. É o caso da alfabetização de adultos, tomada como uma das estratégias para erradicar o analfabetismo com mais brevidade. O sistema de ensino teve dificuldades de estabelecer um método de ensino aceite, quer do ponto de vista pedagógico, quer sociocultural.

Outras dificuldades enfrentadas pelo sistema de ensino guineense foram a pouca objetividade, a clareza e a articulação entre as disciplinas e a extensão dos programas de ensino. O método pedagógico, o controle do processo de aprendizagem e os métodos de avaliação foram outros problemas não menos importantes que desafiaram e ainda desafiam esse sistema.

Nos anos de 1980, foi iniciado um processo de reforma de ensino com resultados bastante insípidos. Foi feita a revisão Os programas das seis classes do ensino básico, que já estavam sendo experimentados, foram revisados. Em meados dos anos 1990, foi iniciado um processo de formulação e elaboração de Leis de Base do Sistema Educativo já aprovado pelas autoridades competentes. Essa regulamentação fundamental estaria completa se fosse elaborado o plano curricular, que traria uma formulação objetiva da visão e a missão do sistema, assim como os objetivos estratégicos e as orientações necessárias para ser aplicado.

Por outro lado, a aposta no desenvolvimento do ensino decretada depois da independência não foi fundamentada em um crescimento econômico do país, e o setor de educação, assim como os demais setores sociais, tornou-se dependente do apoio externo através da cooperação e do crédito¹⁰. No período de 1978 a 1988, o setor da Educação

¹⁰ O apoio externo se caracterizou pela formação de quadros dos dirigentes e de jovens de todas as classes sociais em outros países, nomeadamente os de linha socialista, bem como em países africanos, além do Brasil e de Portugal. O apoio financeiro foi proveniente de organismos internacionais pertencentes à ONU.

recebeu do Orçamento Geral do Estado entre 14 e 17%, que foi diminuindo até, aproximadamente, 10% em 1995.

A percentagem do PIB destinado ao setor era de 2,4% em 1986; já, em 1993, foi diminuindo para 0,9%. Do total do orçamento da educação, 94% eram destinados aos salários dos professores e ao pessoal administrativo em 1993. Esse fato não evidencia a existência ou o pagamento de bons salários para os professores, porquanto eles recebiam um salário miserável e desmotivador para exercerem a profissão. Portanto, os escassos recursos disponíveis eram utilizados ineficientemente¹¹.

As transformações socioeconômicas causadas pelo Programa de Ajustamento Estrutural – a aparente estratificação social e econômica, tanto no campo, quanto na cidade - e os demais fatores macroeconômicos afetaram a estabilidade social, a vontade e a capacidade dos indivíduos de investirem na escola e de a integrarem como uma instituição de mudança positiva para a família e a comunidade. Havia uma desigualdade na distribuição de recursos entre as escolas das cidades e as do campo. O acesso à escola era igualmente desigual, pois eram inscritos mais alunos do sexo masculino do que do feminino, e somente um grupo limitado de crianças privilegiadas tinham acesso aos jardins de infância (cerca de 5.000), ou seja, um pouco mais de 1,0% nos estabelecimentos de ensino situados nos principais centros urbanos do país.

O sistema educativo da época foi organizado em dois setores, o que hoje ainda persiste. Era o Sistema formal e o não formal, dotado de estruturas administrativas em âmbito central, regional e local, que deviam assegurar sua interligação com a comunidade, com a participação dos professores, dos alunos, das famílias e das instituições locais.

O Ministério da Educação ocupava e ainda ocupa um lugar central na administração do sistema. No entanto, seu pesado aparelho administrativo dominava os recursos em detrimento das próprias escolas, ocupando, aproximadamente, 3,7 funcionários administrativos para cada professor. Esse modelo organizacional não estimula a participação das comunidades locais na gestão da escola.

Setor formal

¹¹ Kajsa Pehrsson, o Direito à Educação na Guiné-Bissau: análise genérica dos problemas do sector, fev.1996, p.4.

Esse setor integra vários níveis e tipos de ensino, abrange a educação pré-escolar, o ensino básico (elementar e complementar), o ensino secundário, a formação técnica e profissional e o ensino superior e integra tanto o ensino público quanto o privado que, ao longo dos últimos anos, desenvolveu-se em um ritmo muito acelerado, com uma dinâmica própria, e registrou aumentos espetaculares em termos numéricos e alguma diversificação, com cobertura de vários domínios e níveis de formação.

No ano letivo de 1999/2000, o número de alunos inscritos nas escolas confessionais e privadas era de 29.049, o que correspondia a 19.2%, em relação ao número total de alunos do setor público, estimado em 122.081 (80,8%).

O setor formal apresenta a seguinte estrutura:

- 1) a Educação Pré-escolar, de iniciativa privada, predominante na capital e em alguns centros urbanos, destinada às crianças dos três aos seis anos;
- 2) a Educação Escolar, que compreende os ensinos básico, secundário e superior públicos e privados:
 - na educação pública, o ensino básico é obrigatório e gratuito, dura seis anos e é dividido em dois ciclos sequenciais: o ensino básico elementar, com quatro anos de duração (1^a a 4^a classes) e o ensino básico complementar, que dura dois anos (5^a e 6^a classes);
 - O Ensino Secundário, de via única, estruturado igualmente em dois ciclos, a saber: o ensino secundário geral, com três anos de duração (7^a, 8^a e 9^a classes), e o ensino complementar, de dois anos (10^a e 11^a classes);
 - O Ensino Superior não universitário ainda é embrionário e representado por apenas duas instituições: a Escola Normal Superior Tchico Té e a Faculdade de Direito, ambas situadas em Bissau. Os graus conferidos são de Bacharel e de Licenciado. Não existe um ensino politécnico para formar quadros técnicos superiores;
 - O Ensino Superior universitário encontra-se em estruturação desde 1999, período da transferência efetiva da Faculdade de Medicina, da Escola Nacional de Saúde e da Faculdade de Direito de Bissau das tutelas dos Ministérios da Saúde Pública e da Justiça, respectivamente, para a tutela do Ministério da Educação.
 - O Ensino Superior conta com uma universidade que, inicialmente, era

pública com gestão privada – a Universidade Amílcar Cabral – criada pelo Decreto-lei n. 9, de 3/12/99 e implantada em 2003, que visava integrar as instituições de formação superior não universitárias já existentes, principalmente a Faculdade de Direito, a de Medicina, a Escola Normal Superior e outras instituições, como a Escola de Enfermagem e o CENFA¹², para oferecer um leque diversificado de áreas e perfis de formação em resposta às necessidades imediatas e futuras do desenvolvimento da Guiné-Bissau. Atualmente, essa universidade passou para a iniciativa privada. O país conta, ainda, com outras universidades privadas: a Universidade Colinas de Boé, que funciona desde o ano de 2003; a Universidade Católica da África Ocidental (UCAO), implantada em 2007; e a Universidade Jean Piaget, em funcionamento desde o ano 2010, entre outras.

Convém, entretanto, enfatizar que a formação de quadros superiores continua a se processar no exterior, embora em número menor, mais concretamente, na Ex-União Soviética, em Portugal, em Cuba, no Brasil e em alguns países africanos (Marrocos, Senegal, entre outros).

Setor não formal

O setor não formal, ou informal, compreende:

- i) A alfabetização e a educação de adultos, coordenada pela Direção Geral de Alfabetização, Educação não Formal, Ensino Técnico e Formação Profissional;
- ii) As escolas comunitárias e as escolas madrassas (escolas religiosas de fé muçulmana ou casa de estudos islâmicos), coordenadas pela Direção Geral do Ensino Básico;
- iii) As escolas corânicas (escola religiosa de leitura do Alcorão) não tuteladas.

O enfraquecimento e a degradação da situação das escolas públicas provocado pelas constantes paralizações ao longo do ano letivo, devido, fundamentalmente, ao não pagamento regular dos salários e à sua limitação quanto aos custos atuais, levaram ao

¹² Centro de Formação Administrativa.

crescimento vertiginoso do setor não formal.

Pelas mesmas razões, os professores das escolas públicas lecionam nas escolas privadas e comunitárias, simultaneamente às próprias escolas, que mal funcionam durante o ano, e alguns deles abrem as próprias escolas. O crescimento do setor não formal também se deve à aplicação de medidas políticas desajustadas no setor formal e à isenção das taxas escolares implementadas nos anos letivos de 2001 e 2002, por exemplo, sem medidas complementares e sem uma programação adequada, o que levou ao aumento acentuado dos efetivos ao nível das matrículas iniciais e ultrapassou a capacidade dos estabelecimentos de acolherem, tanto do ponto de vista das infraestruturas quanto de professores, o que agrava a situação vigente.

O setor não formal, que poderia funcionar como complemento ao setor formal, constitui hoje, em muitos pontos do país, a única alternativa viável para o acesso a algum ensino.

Problemas e desafios ainda no presente

Há 42 anos, a Guiné-Bissau proclamou unilateralmente a independência, em 24 de setembro de 1973, em Madina do Boé. Apesar da independência, depois de tantos anos de luta e de busca de um modelo educacional voltado para o desenvolvimento, em acordo com suas raízes sociais e culturais, o país continua com um sistema inadequado à sua realidade e necessidades. Nestes últimos anos, segundo o PNA/EPT¹³ (2003, p. 18), “a situação do sistema manteve-se estacionária quanto à sua estrutura, registrando, porém fortes tendências para a degradação dos seus subsistemas, devido a intervenções isoladas sobre algumas das suas componentes”. A situação mais grave se encontra no subsistema ensino básico.

A situação geral do sistema é a seguinte:

- a) Revela, em seu conjunto, uma acentuada diminuição de sua eficácia tanto interna quanto, sobretudo, externa e uma quase nula relevância em relação às realidades e às necessidades do país.
- b) Tornou-se um sistema rígido, insensível e pouco coerente em relação às mudanças, entretanto operadas nos níveis sociais, político e econômico e às

¹³ Plano Nacional de Ação, Educação para Todos.

necessidades das crianças, dos jovens e dos adultos, resultantes da nova realidade social hoje vivida no país.

- c) As estruturas e as ações educativas ainda são muito centralizadas e pouco diversificadas. Isso faz com que a adaptação às características regionais se torne difícil, o que limita, em consequência, a participação das comunidades e a inserção em seu meio.
- d) O sistema não consegue contribuir para reduzir as assimetrias de desenvolvimento regional e local nem garantir a igualdade de acesso às crianças. As melhores escolas e os melhores professores continuam sendo privilégios da capital e de algumas cidades.
- e) As assimetrias sociais entre gêneros ainda são preocupantes, sobretudo nas zonas rurais. A situação agravou-se com o conflito armado de 1998,¹⁴ que comprometeu grandemente o acesso, a qualidade da oferta, a equidade a vários níveis e a própria gestão do sistema.
- f) Em relação à capacidade de acolhimento no ano 2000, a situação era a seguinte: apenas 25% das escolas do EB ofereciam os dois ciclos: o elementar e o complementar; 50% permitiam a escolarização até a 4ª classe. Nas zonas rurais, apenas 25% dos estabelecimentos podiam escolarizar as crianças até os dois primeiros anos e em péssimas condições. Nesse período, o sistema contava com 923 escolas de EB - 701 do ensino elementar e 39 do ensino complementar. O efetivo docente era de 3.226, repartidos da seguinte forma, segundo o RNDH/GB¹⁵ (2001 p. 33/34): 2.318, para o ensino de base elementar, e 908, para o ensino de base complementar. Desses, 1.450 (44.9%) não tinham nenhuma qualificação pedagógica. Dos 3.226, apenas 600 (18.6%) tinham contrato. São, portanto, reduzidos os recursos humanos qualificados, em especial, docentes e penúria de material didático adequado.

¹⁴ Golpe de Estado de 1998 - A história da Guiné-Bissau, como uma nação independente, tem sido marcada pela instabilidade política, por desafios constantes à normalidade constitucional e pelo agravamento geral da insegurança, em especial, desde o conflito de 1998-1999. Golpes de estado, contragolpes e intencionas, assassinios políticos na cúpula do poder e um padrão de desrespeito pelos direitos mais elementares dos indivíduos deixaram de ser a exceção e passaram a ser a regra. Ver: MENDES, P.R. Guiné-Bissau: Respostas de paz à impunidade e exclusão.

¹⁵ Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano, Guiné-Bissau.

Até o momento, não está em vigor uma Lei de Bases do sistema educativo aprovada.

Para fazer frente a esses problemas e desafios, a Guiné-Bissau elaborou o seu Plano Nacional de Ação/Educação para Todos (PNA/EPT)¹⁶. E para cumprir com os seus propósitos, estabeleceram-se parcerias com todas as forças vivas da nação, nomeadamente, o governo ANP¹⁷, os responsáveis pelas estruturas centrais e descentralizadas do sistema educativo, a sociedade civil, os pais e os encarregados pela educação, as associações, os sindicatos dos professores, o patronato, os institutos de pesquisa, as associações de mulheres, as organizações religiosas, as autoridades tradicionais e costumeiras médias, entre outras. Foram igualmente encorajadas e estimuladas todas as dinâmicas de parcerias existentes ou emergentes indispensáveis à consecução dos objetivos fixados.

O plano foi apresentado sob a forma de uma programação de atividades previstas para atingir os objetivos qualitativos e quantitativos do desenvolvimento do setor. Era um plano de médio e de longo prazos, devido à importância das mudanças que ocorreriam no subsistema de educação de base (harmonização das diferentes intervenções e capitalização das aquisições) e à dimensão dos recursos e dos meios a mobilizar. Cobria o período que vai de 2000 a 2015, distribuído em três etapas:

1. 2003 a 2005 - Lançamento das bases (política, sistema, administração, recursos humanos e recursos materiais, financeiros) para garantir a implementação do PNA/EPT;
2. 2006 a 2010 – Implementação das ações prioritárias;
3. 2011 a 2015 – Consolidação e avaliação dos resultados, preparação e lançamento do segundo PNA/EPT.

O plano seria executado por meio dos projetos de educação em curso, designadamente o Projeto de Apoio à Educação Básica “Firkidja”, e dos já programados para implementação posterior e através das ações de educação realizadas no quadro do orçamento do Estado.

A abordagem do programa seria progressivamente implantada, de maneira a realizar uma integração efetiva antes do término da segunda fase. Os principais objetivos pretendidos com o PNA/EPT eram os seguintes:

¹⁶ A versão validada do plano foi publicada em fevereiro de 2003.

¹⁷ Assembleia Nacional Popular.

- Desenvolver e melhorar a proteção e a educação da pequena infância, em especial, das crianças mais vulneráveis até 2015.
- Garantir o acesso ao ensino básico obrigatório e gratuito para 98% das crianças, em particular, meninas e crianças provenientes das minorias étnicas até 2015.
- Eliminar as disparidades entre gêneros nos ensinos básico e secundário até 2015.
- Melhorar, em todos os aspectos, a qualidade da educação de base até 2015.
- Elevar para 55% as taxas de alfabetização de adultos, principalmente mulheres e meninas.

O Plano Nacional de Educação para Todos baseou-se nos seguintes princípios:

- a) Garantia do direito à educação para todos os cidadãos sem discriminação de qualquer natureza;
- b) Descentralização/desconcentração da gestão da Educação;
- c) Educação de boa qualidade para todos (igualdade e equidade);
- d) Promoção para todos das mais elevadas normas de performance (qualidade);
- e) Gestão transparente e eficaz (responsabilidade).

Para implementar o plano, conforme o PNA/EPT (2003), foram definidas as seguintes estratégias:

- a) Racionalizar meios/rentabilizar os recursos financeiros e materiais, através de: i) aplicação de uma política de otimização da gestão, centrada nas seguintes atividades: recrutamento, procedimento orçamental, logísticas, movimento do pessoal, calendário escolar; ii) definição de critérios de qualidade para uma melhor utilização e afetação de recursos, visando conseguir novos recursos; iii) redefinir as finalidades e as atribuições das estruturas centrais do Ministério da Educação Nacional e melhoria da coordenação e da colaboração entre elas e as regionais descentralizadas; iv) adotar um regime financeiro que melhore a afetação e a utilização dos recursos; v) desenvolver uma cultura de manutenção e de racionalização.
- b) Racionalizar os recursos humanos através de: i) realocação dos professores afetos às estruturas administrativas ao serviço docente; ii) respeito e cumprimento das cargas horárias semanais; iii) respeito ao código de deontologia profissional e sua aplicação na avaliação do professor com vistas à sua promoção e progressão na

- carreira; iv) melhoria da gestão dos recursos humanos; v) implementação de incentivos para reter os professores nas localidades onde são colocados; vi) capacitação dos docentes em função de novas exigências curriculares e do novo perfil.
- c) Melhorar os programas de ensino através i) da elaboração, da experimentação, da avaliação e da generalização de um currículo de educação de base integrado; ii) do reforço da capacidade nacional em matéria de elaboração e edição de manuais escolares e literaturas para a educação preventiva; iii) da criação, da organização e do apoio ao funcionamento de bibliotecas nos estabelecimentos escolares.
- d) Reforçar e redistribuir a rede escolar através: i) da construção, da reabilitação e do equipamento das infraestruturas para a educação e a formação; ii) do aumento de meios e da definição de uma política de equipamento e de manutenção do patrimônio construído; iii) do ordenamento dos espaços educativos para favorecer as atividades desportivas e criativas.
- e) Desenvolver o ensino das ciências e das técnicas: i) com a elevação do nível de ensino das matemáticas e das ciências e técnicas; ii) a promoção de programas de pesquisa e ação educacional para melhorar o processo de ensino-aprendizagem – ‘Pedagogia contextualizada’; iii) a introdução e a promoção da utilização de novas tecnologias utilizando a NTIC¹⁸ como canal de melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e de educação e formação a distância; de desenvolvimento de programas de educação preventiva.
- f) Mobilizar e utilizar recursos e medidas de reforma: i) aumento em 20% do orçamento da educação; ii) aumento da percentagem do orçamento do ensino básico no quadro da organização da educação; iii) aumento das despesas correntes do Ensino Básico para além dos salários, com o objetivo de colocar à disposição dos alunos materiais didáticos adequados que contribuam para melhorar a qualidade da aprendizagem; iv) aumento do orçamento do ensino técnico e profissional; v) melhoria da formação inicial e continuada dos professores do Ensino Básico, através da melhoria das aprendizagens e de mudanças organizacionais; vi) estabelecimento de uma relação de 40 alunos/professor,

¹⁸ Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

visando à eficiência e à qualidade; vii) ampliação das taxas de retenção e de conclusão do Ensino Básico, através da melhoria da aprendizagem; viii) afetar recursos para assegurar a equidade em favor da educação das meninas e alfabetização/formação de mulheres para eliminar a discriminação.

Essa situação demonstra que levar todas as crianças à escola pode ser um objetivo facilmente realizável, mas fazer com que permaneçam nela, progridam, aprendam e tenham sucesso já é um objetivo que só pode ser alcançado com uma forte vontade política, um envolvimento efetivo do Estado, por meio de uma política coerente para mobilizar e disponibilizar todos os recursos humanos, materiais e financeiros necessários. Embora os desafios sejam muitos, acredita-se que, se o atual Plano Nacional de Ação/Educação para Todos for, de fato, multissetorial e integrar os planos e as estratégias já existentes aos propostos pelo plano e conseguir estabelecer relações estreitas e dinâmicas com as atividades de outros setores, conforme está estabelecido, os objetivos pretendidos poderão ser alcançados.

Assim, a Guiné-Bissau estaria adotando estratégias importantes para sair da situação marginal em que se encontra, superar tantos anos de atraso impostos pela colonização e atender aos ideais proclamados durante a luta pela emancipação. Para isso, é preciso criar as bases necessárias para enfrentar os desafios impostos pela globalização e poder sonhar com uma identidade própria, um lugar de respeito aos seus cidadãos no concerto das nações, capacitado para tirar o devido proveito da espetacular explosão universal de conhecimentos científicos e técnicos.

Como já foi atingido o período proposto para implementar o Plano Nacional de Ação, Educação para Todos, resta averiguar se os objetivos e as metas almejados foram efetivamente atingidos e quais seriam as definições do plano subsequente (o que será nossa próxima atividade), pois, para erradicar o analfabetismo e construir uma nova nação, em conformidade com as determinações do artigo 16 da Constituição do país, serão necessários muitos planos e ajustes, de acordo com a realidade ambiental interna e internacional vivenciada, e adequar o plano às necessidade de cada momento, aliando o trabalho manual ao intelectual, para evitar o divórcio entre a escola e a comunidade e conciliar os valores culturais africanos com os conhecimentos, a ciência e a técnica das sociedades modernas rumo ao desenvolvimento.

A luta dos professores

Como já referido, o ensino público na Guiné-Bissau é marcado por carências em todos os seus níveis. O parque escolar encontra-se em péssimas condições de funcionamento, falta de quase tudo para garantir um mínimo de sua funcionalidade, e os professores estão longe de ver seu trabalho reconhecido e recompensado, sobretudo os que lecionam no interior do país, cuja maioria está com seus ordenados atrasados há mais de um ano. Além do mais, a classe docente, se comparada com a de outras categorias profissionais, é uma das mais penalizadas a que se exige do profissional mais empenho, muita dedicação e responsabilidade.

Eis porque a luta dos professores envolve, entre outros, a valorização da categoria e dos meios de trabalho relacionados às infraestruturas escolares, ao material didático e aos demais condicionantes indispensáveis para um bom funcionamento da atividade docente. Como já foi salientado neste estudo, um dos principais problemas da Guiné-Bissau tem a ver com a falta de professores. Isso porque, como afirma Odete da Costa Semedo, atual ministro da Educação Nacional do país (2011, p. 13-14),

falar da educação na Guiné-Bissau, para a maioria dos guineenses, é falar de problemas que começam com a falta de salas de aulas, de professores qualificados e que terminam com uma taxa de repetência, de desistência. É falar de salários baixos e pagos com grandes atrasados.

Por essa razão, muitos professores são obrigados a exercer uma dupla jornada e têm que trabalhar em escolas privadas para garantir o mínimo de condições para sustentar dignamente sua família. Pelas mesmas razões, professores mais jovens e recém-formados são obrigados a emigrar para outros países africanos, como Cabo Verde, Angola, Moçambique ou São Tomé e Príncipe, e até para fora do continente africano, em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

Em relação à qualificação do docente, por exemplo, Augel (2007, p.72-73) assevera que “o número de professores com uma formação pedagógica e acadêmica é mínimo, predominando professores leigos e com um precário preparo. O país não conta até hoje com nenhuma livraria”. Isso demonstra a importância da luta dos professores para que o Estado assuma suas responsabilidades com mais seriedade na área da

Educação. Para defender os interesses da classe e reivindicar melhorias no sistema educativo, eles se organizaram em sindicatos, como o Sindicato Nacional dos Professores (SINAPROF) e o Sindicato Democrático dos Professores Guineenses (SINDEPROF). Entre as reivindicações e as lutas desses sindicatos e dos professores em geral, destacam-se as seguintes pautas:

- ✓ Qualificação profissional de mais professores para cobrir o número necessário para expandir o sistema escolar em todo o território nacional e formar docentes de alto nível para a Educação Superior, indispensáveis para qualificar e garantir o funcionamento regular das instituições de formação superior (IFS) do país;
- ✓ Treinamento e atualização permanente dos professores na ativa;
- ✓ Garantia de condições mínimas para o exercício docente, que favoreça a motivação profissional e o desempenho promotor da aprendizagem dos alunos (construção de escolas suficientes para atender à demanda, com salas de aula equipadas e fornecimento regular de luz elétrica);
- ✓ Promoção de equidade na distribuição dos professores pelas escolas do país;
- ✓ Garantia de acesso dos jovens à educação superior, entre outros meios, através de bolsas de estudo tanto nas IFS do país quanto no exterior;
- ✓ Capacidade de absorção, gestão transparente e melhor distribuição dos recursos orçamentários destinados à educação no país;
- ✓ Aplicação das leis aprovadas para o sistema educativo, nomeadamente, a Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei da Carreira Docente e a Lei do Ensino Superior e da Investigação Científica, entre outras.

Nesse contexto, os professores sublinham que é preciso consagrar, no Orçamento Geral do Estado (OGE), prioridade à educação, garantir meios financeiros suficientes para o funcionamento geral do setor em todos os seus níveis (central, regional e local), investir nas áreas ainda não atendidas, caso se queira realmente cumprir com sua obrigação, e garantir a efetiva funcionalidade do setor e uma educação para todos.

Considerações finais

De forma muito sucinta, descreveu-se, neste artigo, a situação da educação na Guiné-Bissau, em suas diferentes fases, nomeadamente, a época colonial, o período da luta de libertação nacional e o processo de construção da educação depois da conquista da independência, seus problemas e desafios até nossos dias. No período colonial, a educação era voltada para a aculturação da população guineense. Comparando-se a educação colonial da Guiné-Bissau com a do Senegal colonizado pela França e a da Gambia, colonizada pela Inglaterra, Augel (1998, p. 22-23) afirma:

Os três regimes tinham como base comum a seletividade e a discriminação dos povos colonizados: apenas os indivíduos de nacionalidade francesa, inglesa ou portuguesa (nata ou adquirida) tinham direito a uma educação que fosse mais além da elementar. Para Portugal, era extremamente crassa a distinção entre os indígenas e os assimilados e a educação dos primeiros se limitava ao ensino rudimentar com noções básicas de cálculo e um aprendizado superficial da língua portuguesa. (...) enquanto a Gambia destinava o equivalente a 3,08 dólares para os gastos com a educação para cada habitante, Portugal disponibilizava 0,36 dólares por habitante. Enquanto Senegal já teve em 1903 a sua primeira reforma do ensino e criou em 1948 o seu primeiro estabelecimento do ensino superior e em 1953 a universidade de Dakar era institucionalizada, na Guiné somente em 1941 foi elaborado um estatuto pelo qual o ensino indígena era confiada às missões, tendo sido um ano depois confirmado o monopólio da Igreja católica; em 1948 houve uma regulamentação do ensino rudimentar na Guiné, refeito três anos mais tarde e apenas em 1958 houve uma reforma de ensino secundário e a fundação de primeiro liceu (Honório Barreto) na capital do País (...)

Fica claro, portanto, que a educação colonial tinha como principal finalidade dar o mínimo de instrução a um pequeno número de pessoas residentes nos centros urbanos, os que eram considerados civilizados, possíveis intermediários na subjugação dos povos locais e na exploração da riqueza e dos recursos existentes no país e que não se comprometiam com as questões relativas à realidade histórica e sociocultural, ao desenvolvimento e à afirmação da identidade dos povos locais.

No período da luta pela independência, a Guiné experimentou a verdadeira educação de que precisava para se libertar da dominação espiritual imposta pelo colonizador. Como foi denominada na época, essa “escola de libertação” tinha como principal finalidade a formação política, a formação científica e técnica, uma educação que privilegiasse comportamentos coletivos, fundamentados na cultura do povo local e

considerados indispensáveis para o progresso da luta, a construção da unidade nacional, a reconquista da independência e a construção de uma nova nação.

Quando o país foi libertado do jugo colonial português, o PAIGC pretendia estender a educação experimentada no período da luta a todo o território nacional. De forma estratégica, incentivou a expansão do ensino e combateu o analfabetismo. Naquele período, um dos slogans dessa campanha era “Os que sabem devem ensinar aos que não sabem”. Como esse ensino era baseado na realidade sociocultural da população, o material didático, sobretudo o de História e o de Geografia eram voltados para a realidade guineense e a africana e para se compreender bem mais a evolução da humanidade, livre de qualquer forma de restrição, preconceito e discriminação.

Essas iniciativas estavam em contraste com a realidade herdada, pois o país se encontrava desprovido das mínimas condições para implementar uma política educativa dessa magnitude, principalmente com falta de recursos financeiros, pessoal qualificado, infraestrutura adequada, entre outros, além da falta de planejamento e de controle das ações do setor, o que provocou evasão escolar, motivada pelo abandono por falta de motivação e por desistência.

Sem esses meios em mãos, e confrontado com uma grande crise socioeconômica nos anos 80, o governo foi obrigado a aceitar as condições impostas pelas organizações financeiras internacionais, mais concretamente, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, para obter os meios financeiros necessários para tocar a vida nacional e, nomeadamente, implementar programas de ajustamento estrutural, liberalização econômica e privatização, o que acabou por comprometer todas as iniciativas de uma educação libertadora preconizada inicialmente e levou o sistema educativo guineense a uma crise de dependência dos organismos multilaterais, como é o caso do Banco Mundial, e o país a se submeter às ideologias da organização capitalista, agora com os poucos recursos financeiros do Estado direcionados para saldar os compromissos com o capital financeiro internacional.

Outra situação que contribuiu sobremaneira para essa dependência do apoio externo, principalmente do capital financeiro internacional, foi a constante instabilidade que abalou o país, a guerra civil e uma sequência de golpes de Estado, a partir dos anos 80, e que se estenderam até nossos dias, travando toda e qualquer iniciativa local de desenvolvimento autossustentado. Por essa razão, acredita-se que, nos próximos tempos,

o país terá o desafio de criar condições para ter paz permanentemente, apostar na educação em todos os seus níveis e criar as condições mínimas para retomar uma educação alicerçada em sua realidade social e cultural e comprometida com o desenvolvimento e o bem-estar de sua população - a principal frente de luta dos professores locais.

Referências

AUGEL, Moema Parente. **A nova literatura da Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1998. Coleção Kebur.

_____. **O desafio do escombros**: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FURTADO, Alexandre. **Projecto Relatório Nacional de Investigação sobre a História do Ensino na Guiné**. in: Soronda nº1, INEP, Bissau, Jan. 1986.

GUINÉ BISSAU. Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia – MECT. **Declaração da Política Educativa**. Bissau, 2000.

GUINÉ BISSAU. Ministério de Educação Nacional – MEN. **Plano Nacional de Ação, Educação Para Todos – versão validada**. Bissau, 2003.

MENDES, Pedro Rosa. **Guiné-Bissau: respostas de paz à impunidade e exclusão**. In: http://www.eplo.org/assets/files/2.%20Activities/Civil%20Society%20Dialogue%20Net%20work/Geographic%20Meetings/Guinea-Bissau/EPLO_Background%20Paper_CSDN%20Meeting_Guinea-Bissau_PT.pdf - Acesso em 01 dez/2015.

PEHRSSON, Kajsa. **O direito a educação na Guiné-Bissau**. Estocolmo, 1996.

KOUDAWO Fafali. **Educação e Teorias de Desenvolvimento**: o que HÁ de novo in: Soronda nº 19, INEP, Bissau, 1995.

SEMEDO, Odete Costa. **Guiné-Bissau**: histórias, culturas, sociedade e literatura. Belo Horizonte: Nadyala, 2011.

THE CHALLENGES OF EDUCATION IN GUINEA BISSAU**Abstract**

This text deals with education in Guinea-Bissau, and its purpose is to better understand the reality of the educational system in force in that country, through the educational model of each era, highlighting the three historical periods: colonial education, until 1974; and the experience of the struggle for national liberation and education in the post-independence period, starting in 1975. To this end, it uses qualitative research of theoretical-bibliographical and documentary character. The results indicated that, at present, the challenges of colonizer dependence have shifted to dependence on the interests of globalized capitalism, whose interests distance themselves from social longings and compromise and condition any progressive claim.

Keywords: Challenges. History. Education. Guinea Bissau.

LOS DESAFÍOS DE LA EDUCACIÓN EN GUINEA-BISÁU**Resumen**

Este texto trata de la educación en Guinea-Bisáu, y su propósito es de comprender aún más la realidad del sistema de educación vigente en ese país, a través del modelo educacional de cada (¡ATENCIÓN! Aquí dice tres periodos, pero solo son citados dos.) época, con destaque para los tres históricos: la enseñanza colonial, hasta 1974; y la experiencia de la lucha por la liberación nacional y por la educación en el periodo posterior a la independencia, a partir de 1975. Para ello se vale de una investigación cualitativa de carácter teórico-bibliográfico y documental. Los resultados indicaron que, actualmente, los desafíos de la dependencia del colonizador se transfirieron para la dependencia de los intereses del capitalismo globalizado, cuyos intereses se alejan de los anhelos sociales y comprometen y condicionan cualquier pretensión progresista.

Palabras clave: Desafíos. Historia. Educación. Guinea-Bisáu.

Recebido em 9 de maio de 2018 e aprovado em 26 de maio de 2018.